

ENTREVISTA COM FERNANDO CARRIÓN MENA***ENTREVISTA CON FERNANDO CARRIÓN MENA******INTERVIEW WITH FERNANDO CARRIÓN MENA***Carlos Andrés Díaz MOSQUERA¹**Contexto da entrevista**

Devido a pandemia, a entrevista com Carrión Mena aconteceu por e-mail.

Apresentação do entrevistado

Fernando Carrión Mena é acadêmico do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO-Ecuador), Presidente da Organização Latino-Americana e do Caribe de Centros Históricos (OLACCHI). Foi Conselheiro do Distrito Metropolitano de Quito, Editoralista do Diarrio Hoy e Diretor da FLACSO-Ecuador. Suas áreas de especialização e publicações têm girado em torno de pesquisas sobre as transformações socioespaciais dos centros históricos da América Latina, globalização, gentrificação, "butiquização", políticas urbanas, desenvolvimento local e urbano, políticas de planejamento, novas tecnologias e transformações urbanas, segurança cidadã , tráfico de drogas e estudos sobre futebol.

Andrés Díaz Mosquera: Em primeiro lugar, depois de anos estudando a dinâmica dos centros históricos na América Latina, quais seriam as lógicas mais emblemáticas das intervenções e reformas urbanas realizadas nesses centros no contexto da Globalização?

Fernando Carrión: Seria preciso levantar desde o início a necessidade de entender que nas cidades da América Latina existem vários tipos de Centros Históricos, e que não são apenas aqueles considerados como tais: os centros fundadores. Estes começam precisamente com os tempos coloniais; então, depois da guerra, surge uma nova centralidade que será chamada de

¹ Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador – BA – Brasil. Departamento de Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8795-6683>. E-mail. carlosandres1002@gmail.com



centralidade de negócios ou Central Business District, em outro espaço totalmente diferente; e agora estamos vivenciando as centralidades da globalização, que têm duas formas: a primeira, como corredores urbanos, como os casos da Avenida Paulista em São Paulo, ou Paseo de la Reforma no México; e uma segunda, com centralidades específicas como Berini em São Paulo, ou no caso de Santiago com o chamado Sanhattan ou a Cidade Empresarial Huechuraba. Todas essas centralidades são históricas e não apenas as primeiras, pois foram produzidas historicamente. E é fundamental entender que agora todos eles competem entre si, sendo o fundacional o mais afetado, pois agregam novos componentes de degradação que antes eram desconhecidos.

Andrés Díaz Mosquera: Em seu artigo *Centro histórico: relación social, globalización y mitos*, aponta-se que em tempos de globalização vivenciamos uma reforma do Estado, um aumento significativo do peso do município na gestão municipal e, por outro lado, uma maior participação do setor privado na gestão do patrimônio urbano. Quais seriam as características da gestão urbana onde os setores público e privado são responsáveis pela execução de projetos realizados nos centros históricos da América Latina?

Fernando Carrión: O que estamos vivenciando da virada do século até aqui são três grandes processos que estão transformando os centros históricos. Em primeiro lugar, os processos de descentralização, os governos locais ou os governos municipais adquirem mais poder. Em segundo lugar, a relação entre público e privado, Estado e economia se modifica com a introdução da lógica neoliberal em nossas cidades. E em terceiro lugar, o avanço das novas tecnologias de comunicação no marco da Quarta Revolução Industrial, que fortalece o processo de globalização. Estas mutações conduzem, por um lado, à modificação substancial dos modelos tradicionais de gestão, na medida em que hoje praticamente os centros históricos são geridos por livre e espontânea vontade, ou seja, de acordo com o mercado e com uma redução substancial de presença pública. E por outro lado, a presença de novas plataformas tecnológicas – como Uber, Airbnb, Amazon, Google – modificam a lógica da centralidade, sendo a mais afetada a centralidade fundacional.

Andrés Díaz Mosquera: Você apontou dois processos que ocorrem em alguns centros históricos da América Latina, que são chamados de Gentrificação e Butiquização. Ambos os processos visam a revalorização do solo urbano por meio de novos usos. Na primeira, ocorre uma mudança populacional para que a população de baixa renda ceda seu espaço para a população de maior renda, e na segunda, gera-se uma mudança de uso do solo residencial para



outra, como comercial e administrativa. O objetivo é criar e aproveitar as vantagens econômicas de se localizar no centro de diversos empreendimentos e negócios. Os processos de gentrificação ocorrem na América Latina como no Norte Global? Esses dois processos são complementares ou um é mais preponderante que o outro?

Fernando Carrión: Acredito que fazem parte da história dos centros históricos fundadores, pois basicamente após a Segunda Guerra Mundial houve uma aceleração muito forte do processo de urbanização na América Latina, o que produziu duas situações: por um lado, o surgimento dos bairros da periferia das cidades com nomes de favelas, favelas, vilas jovens, bairros piratas, de acordo com cada país e cada cidade.

E por outro lado, o deslocamento de setores de alta renda das centralidades fundacionais para outros lugares, produzindo o que chamei de aporofização em uma publicação. Este conceito explica o tema da favela. Por quê? A favela nada mais é do que o pagamento entre muitos de um custo de localização muito alto. Ou seja, um processo de mudança da população, daquelas com altos recursos econômicos para aquelas com baixos recursos; e consegue isso graças à única maneira possível: aumentando a densidade e a superlotação. E foi o que aconteceu, com o qual se experimentou um processo de aporificação na forma da favela; Trata-se de um processo de mudança da população, dos que vêm das elites para os de baixa renda. Em outras palavras, é o fenômeno inverso da gentrificação.

Então o que aconteceu são as tentativas das elites de recuperar a área perdida sob os princípios de REabilitação, REforma, REcuperação todas palavras de arquitetura e urbanismo que usam o prefixo Re para expulsar a população de baixa renda desta área de alto valor patrimonial. No entanto, essas estratégias não conseguiram essa extirpação, para o que tiveram que recorrer à priorização das atividades mais rentáveis, com as quais as residenciais são deslocadas pelo comércio e turismo, levando à boutiquização; isto é, não à rotatividade da população mas à de atividades residenciais para as de comércio, turismo e imobiliário. O que tem ocorrido nesses centros fundacionais é um processo de substituição da população – pobre e popular – por um tipo de atividade econômica mais rentável, que além de reduzir o tempo de uso do centro histórico – assume uma agenda de negócios – produz uma esvaziamento do espaço e da sociedade local, pois são deslocados do lugar.

A constante nos centros históricos fundadores da América Latina é a perda de população, talvez com duas exceções diferenciais, como os casos de: Cartagena na Colômbia, onde a gentrificação ocorre com a chegada de pessoas de fora da cidade, basicamente de pessoas de alta renda setores de Bogotá, Cali, Medellín e as maiores cidades da Colômbia. É o caso do fenômeno da segunda residência, agora fortalecido pelas novas tecnologias da informação.



Algo semelhante ocorre em Cusco no Peru, mas mais ligado à população que chega de fora da Colômbia, como turistas, dos Estados Unidos, América Latina e Europa. Com isso há também o deslocamento da população de baixa renda, graças à exploração patrimonial que é feita em benefício de estrangeiros ligados às práticas turísticas.

Andrés Díaz Mosquera: Isso me faz pensar na seguinte pergunta: Na América Latina, houve algum caso de intervenção ou reforma nos Centros Históricos onde essas políticas de deslocamento não foram dadas e conseguiram gestar com a população?

Fernando Carrión: Houve momentos curtos, como os casos da Cidade do México ou Havana Velha, mas depois a tendência foi o turismo, o comércio, inscrito no que ele definiu como boutiqueização, que não é mais a troca de uma população por outra, mas a mudança de uso da terra. A população sai e usa as entradas que são muito mais rentáveis economicamente: o hotel boutique, o *coworking*, a cafeteria ou restaurante boutique ou a boutique-boutique de produtos e serviços selecionados.

Andrés Díaz Mosquera: Há um aspecto extremamente relevante nas políticas de renovação urbana que vêm ocorrendo desde a década de 1990, que tem a ver com o financiamento e a obtenção de recursos econômicos para projetos urbanos. No seu artigo *Dime quien financia el centro histórico y te diré que centro histórico es*, você afirma que o financiamento define o tipo de centralidade a que se aspira e que na maioria das reformas urbanas é o capital privado que alocou os recursos. Que papel tem desempenhado o Público (instituições públicas) nestes processos?

Fernando Carrión: Infelizmente, há um financiamento precário do setor público e, além disso, ele vem perdendo força devido ao que eu dizia há algum tempo: o peso do mercado está se tornando mais relevante. Adicionalmente, pode-se afirmar com conhecimento dos fatos que não existe orçamento para o conjunto dos centros históricos fundadores (receitas, despesas). Em geral, prevalece a lógica dos projetos isolados, apesar de sempre chamá-los de integrais. Um projeto de restauração é realizado em uma casa, igreja ou bairro, e sai-se em busca de recursos, geralmente do setor privado ou da cooperação internacional, que também segue a lógica do setor privado.

Em Quito, minha cidade, foi elaborado em 1982 o conhecido Plano Diretor do Centro Histórico, que na época estava adiantado, mas chegou o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), trazendo alguns problemas. A mais complexa, sua lógica de financiamento voltada principalmente para projetos que pudessem recuperar



economicamente o investimento. O que aconteceu é que do conjunto de projetos que o Plano tinha, financiou apenas aqueles que lhes interessavam, desmantelando assim o plano, tanto pelo desequilíbrio que introduziu em relação a outras intervenções quanto pela lógica da privatização. Com o passar do tempo observa-se que nem os investimentos que foram feitos foram rentáveis porque, por exemplo. Shopping centers, centros culturais e centros turísticos não se consolidaram, ou seja, nem mesmo nos locais de investimento eles deram certo, pela natureza da lógica privada proposta.

Por outro lado, há o caso emblemático do centro histórico da Cidade do México, onde uma única pessoa, o senhor Carlos Slim, decidiu comprar vários edifícios, remodelá-los e colocá-los a serviço de sua lógica. O resultado também não foi totalmente benéfico para o Sr. Slim, nem para a Cidade do México. Isso mostra que essa perspectiva não é a melhor para centralidades fundacionais.

Andrés Díaz Mosquera: Nestes tempos de globalização, vivemos lógicas socioespaciais onde se prioriza uma visão e gestão dos lugares puramente econômica e comercial. Isso produziu um conceito que você cita de Jordi Borja, “a Agorafobia do espaço público central” em seu artigo *Regeneración y Revitalización urbana en las Américas*. Você pode expandir um pouco mais esse aspecto de como as políticas de intervenção urbana nos Centros Históricos produziram um tipo de homogeneização dos espaços históricos?

Fernando Carrión: Talvez duas coisas aqui: uma, considero que os centros históricos são espaços públicos e por isso estou ancorado na tese da Agorafobia de Jordi Borja – ou seja, a fobia do espaço público –, assim como esse espaço público é a cidade. Nessa perspectiva, a fobia e o estigma em relação ao espaço público dos centros históricos fundadores terminam em erosão e deterioração significativas. É claro que o capital de ponta não está presente, que o pequeno capital perde competitividade e que a massa de ativos (ações) existente não gera retorno econômico.

E segundo, algo que confirma a condição de centralidade dos centros fundantes é que, por um lado, é um local de abastecimento, consumo e procedimentos administrativos, o que explica sua condição gravitacional de influência, que se expressa no fato de que um fluxo muito forte de pessoas chega todos os dias. E por outro lado, que muitas das intervenções que são feitas fora dos centros históricos os afetam diretamente. Assim, por exemplo, cito novamente o caso de Quito. Na zona sul da cidade, foi construído um grande centro comercial que deslocava as pessoas que iam ao centro histórico para se abastecerem.



Estas duas entradas mostram-nos que um centro histórico é definido pelas suas relações com o conjunto da cidade e não fechado em si mesmo. Ou seja, quando as intervenções são feitas fora do centro histórico, é muito provável – como de fato acontece – que ele seja diretamente afetado, positiva ou negativamente. Portanto, não se trata apenas de intervir na área demarcada, mas também nas áreas externas de influência imediata. Aqui surge a necessidade de estabelecer um sistema de centralidades, de tal forma que não haja competição entre elas, mas sim cooperação. É que a centralidade histórica não é uma soma de monumentos ou atributos, mas uma rede de relações.

Andrés Díaz Mosquera: No seu artigo *Los centros históricos en la Era Digital*, você aposta em uma gestão e gestão de Centros Históricos a partir de uma relação Público/Privado. Que tipo de políticas públicas e formas de intervenção devem ser feitas para que as reformas urbanas nos centros históricos não gerem problemas que advêm dos processos onde se dá prioridade ao interesse privado?

Fernando Carrión: Acredito que aqui devemos continuar na linha de aprofundamento do processo de descentralização que a América Latina vive desde o final do século passado. Uma proposta desse tipo vai na linha da criação de uma instituição pública próxima da gestão da área específica, ou seja, a instituição pública nacional tem que se aproximar do patrimônio, pois com o distanciamento que tem do patrimônio, torna-se muito difícil agir de acordo com os problemas particulares da zona central. O que poderia ser sustentado nacionalmente é uma certa mordomia que viria dos Ministérios, comissões ou institutos de patrimônio, dependendo do caso de cada país.

Isto significa que a responsabilidade pela sua gestão deve ser da cidade e, neste contexto, ter uma institucionalidade própria que gere a centralidade fundacional. Porque, por exemplo, na América Latina nenhuma centralidade histórica tem orçamento próprio; Ou seja, os orçamentos são feitos projeto a projeto, não havendo relação entre eles, devido, entre outras coisas, ao fato de o financiamento ter lógicas diferentes e fechadas dentro de cada intervenção. Ter uma institucionalidade própria de cunho local permitiria arrecadar recursos tributários próprios, tais como: taxas de serviços, impostos urbanos, imposto de renda e consumo, entre outros, o que fortaleceria a institucionalidade.

Uma proposta desse tipo requer a construção de formas de representação dos diferentes sujeitos patrimoniais existentes, pois o grande problema que existe nas políticas públicas na centralidade histórica - que defino como "herança produtiva" - é que elas são feitas pelas elites ligadas a a Condição. Assim, os processos de patrimonialização não reconhecem os bens



patrimoniais situados nas periferias, pois ali vivem os setores populares, quando se sabe que na América Latina se localiza mais de 25% da cidade; com a qual se nega grande parte da história da cidade. Isso ocorre porque a patrimonialização é feita pelos sujeitos patrimoniais ligados à história oficial de cada cidade, o que leva a reconhecer exclusivamente os valores patrimoniais vindos das elites ou dos Estados, deixando de fora os demais, pois não se reconhece que toda a cidade é histórica, assim como o local com maior densidade patrimonial.

Andrés Díaz Mosquera: Existem exemplos e casos específicos de intervenções em centros históricos que fazem parte de um conjunto de transferências de teorias e circulação de ideias europeias ou norte-americanas para os processos de intervenção urbana nos centros históricos da América Latina?

Fernando Carrión: Acredito que temos aqui três momentos históricos de forte influência na intervenção dos Centros Históricos da América Latina. O primeiro, vindo do segundo pós-guerra, quando a UNESCO nasceu com uma proposta interessante de respeito aos Centros Históricos que foram destruídos justamente pela conflagração da guerra. Mais tarde, na virada deste século, parece-me que o peso da UNESCO desmoronou, porque não conseguiu renovar seus pontos de partida teóricos e metodológicos iniciais. Há, por exemplo, o foco nos monumentos e na conservação, que levaram ao fim ou congelamento da história, o que impede a compreensão do significado do que chamo de “patrimônio produtivo”; que nada mais é do que somar o valor da história ao valor de uso e ao valor de mudança. Este conceito baseia-se no sentido de que a história não termina nem se esgota no início do bem patrimonial, mas projeta-se ao longo do tempo, mesmo no futuro. Valor histórico que nada mais é do que a soma permanente do tempo do passado (crono-urbanismo). Isso supõe construir uma institucionalidade mais representativa dos sujeitos patrimoniais e que os organismos multilaterais também o façam, no sentido de que eles mesmos se descentralizem, que modifiquem suas práticas de financiamento e assistência técnica (BID, BM, CAF, UNESCO) e que sejam mais responsivos a demandas locais.

Andrés Díaz Mosquera: Da mesma forma que as Cartas Patrimoniais, que influenciaram a gestão dos centros...

Fernando Carrión: Exatamente. As cartas patrimoniais fazem parte do planejamento urbano moderno, mesmo antes do segundo período pós-Segunda Guerra Mundial. São receitas mundiais que não reconhecem a diversidade patrimonial, que foram escritas na perspectiva da arquitetura e sem representação dos sujeitos patrimoniais. Por isso os considero um livro de



receitas que alienou e expropriou a realidade, na forma do que chamo explicitamente de “*Carterismo*”; ou seja, uma forma de expropriação da riqueza de cada um dos nossos Centros Históricos. As Cartas foram inicialmente redigidas na Europa e receberam o nome da cidade onde ocorreu o encontro: Atenas, Veneza, Florença, entre outras. Nessas reuniões de arquitetos, praticamente não havia representação latino-americana, de modo que a presença de problemas regionais nunca esteve presente. A proposta sempre foi irradiada como se fosse um mundo absolutamente homogêneo, quando a realidade patrimonial é exatamente o contrário: altamente heterogênea.

Andrés Díaz Mosquera: Há algumas décadas, ocorrem migrações na América Latina, especialmente de venezuelanos e colombianos para países vizinhos no contexto da globalização. Em *Los centros históricos en la era digital en América Latina*, você aponta que as migrações em nível nacional, ou seja, do campo para a cidade, ocorridas nas décadas de 1960 e 1970, tiveram notória influência nos processos populacionais, especialmente em expansão periferias e no aumento de pobres nas cidades. Essas recentes ondas migratórias influenciaram novas formas de ocupação socioespacial nos centros das cidades latino-americanas?

Fernando Carrión: Tivemos dois momentos de processos migratórios, o primeiro do campo para a cidade, justamente a partir do segundo pós-guerra, produzindo a contradição entre o processo de urbanização e a produção da cidade. Essa população migrante localizava-se principalmente nas periferias das cidades onde não havia condições urbanas e nas centralidades, que foram abandonadas pelas elites. Mas esse processo, a meu ver, já está encerrado na América Latina, porque há algum tempo temos 83% da população vivendo em cidades, o que significa que apenas 17% da população ainda teria que migrar. Se entendermos que esse fenômeno é finito, podemos afirmar que não há mais volume populacional suficiente para continuar nessa linha de crescimento da cidade.

Mas o que está acontecendo hoje? Vivemos um processo inverso de migração: da cidade grande para áreas próximas da região urbana. De Lima saíram 300.000 habitantes devido ao COVID, da Cidade do México são 4 anos que saem entre 150.000 ou 200.000 pessoas por ano.

Agora o que vivemos é o fechamento da migração do campo para a cidade enquanto se abre o ciclo da migração urbano-urbana de natureza internacional, onde aparecem várias modalidades. Migração para lugares dentro dos estados nacionais que não existiam antes, como áreas de fronteira. Hoje o México tem mais de 12% de sua população vivendo na fronteira com os Estados Unidos. Algo semelhante acontece na fronteira sul do Brasil, na Tríplice Fronteira do Brasil, Argentina e Paraguai ou no Trifinio de El Salvador, Honduras e Guatemala.



Depois, há os fluxos migratórios mais importantes que vêm de 3 países: o caso da Venezuela que expulsou mais ou menos 6 milhões de pessoas devido à crise econômica e política, o caso do Haiti devido aos problemas naturais que vivenciaram e a pobreza, a de Cuba, que também expulsou a população, e a da Colômbia devido aos problemas do conflito interno. Toda esta população tem origem e destino urbanos, de alguma forma seguindo os padrões migratórios de outrora, no sentido de que esta migração internacional está a localizar-se nas periferias, mas também nas centralidades, onde pode ter acesso a serviços e trabalho. Em Santiago do Chile há muitos problemas com os migrantes peruanos, mas também com os venezuelanos. Em Buenos Aires você tem haitianos e venezuelanos. No caso da Colômbia, o principal problema gira em torno da migração venezuelana, onde já chegaram cerca de 1.800.000 pessoas.

Andrés Díaz Mosquera: Professor, falando sobre migrações e entrando no contexto da Pandemia. Em seu artigo de junho de 2021 intitulado *¿La ciudad se licúa?* Juntamente com Paulina Cepeda, ela analisa que no contexto da pandemia global da COVID-19, processos socioespaciais como o "urbicídio" se intensificaram e em algumas cidades os processos de desurbanização se aceleraram, como os casos de Lima, que diminuíram sua população em cerca de 200.000 pessoas em 2020 devido à falta de trabalho e a Cidade do México, que segundo o censo de 2020, mais de 500.000 habitantes emigraram para outras áreas do país ou municípios suburbanos, em ambos os casos, bem como em outros países latinos. Nas cidades americanas alguns setores da população migraram para reduzir custos de localização, as possibilidades de contágio, geraram maior demanda em áreas mais baratas próximas à cidade, mas com capacidade de teletrabalho e melhor oferta de produtos vitais (naturais). Que reflexos são os múltiplos efeitos socioespaciais da Pandemia e os tipos de cidades que se desenvolveram na América Latina? O tipo de cidades, modelos urbanos e governos aumentaram e potencializaram o vírus?

Fernando Carrión: Sim, acredito que existem dois fenômenos que estamos vivenciando como resultado da Pandemia do COVID. Sem dúvida a central, que vem do novo significado que a densidade assume, pois o coronavírus é uma doença que se espalha pela interação social. Assim, as cidades mais densas foram as que se tornaram epicentros da pandemia. Testemunho disso são a Cidade do México, Bogotá, São Paulo e Santiago, em cada um de seus países. A discussão sobre a densidade também trouxe o debate sobre a cidade compacta. Sempre se pensou que o modelo correto era a cidade compacta, que agora entrou em questão, por ser o lugar mais importante do mercado imobiliário e onde ocorrem os processos de gentrificação.



A COVID também acelerou a tendência ao uso de tecnologias – no âmbito da Quarta Revolução Industrial. Estima-se que neste ano e meio tenha ocorrido um salto tecnológico de nada menos que 10 ou 15 anos, tanto na oferta quanto na demanda. Claramente, esse fenômeno promoveu a condição remota de trabalho, serviços e consumo, tanto que hoje se aceleraram três fenômenos vinculados ao território: o da deslocalização do trabalho dos locais da fábrica, da universidade e do escritório; isto é, uma mudança do espaço físico material de trabalho para o espaço virtual. Um segundo, o da deslocalização, que se traduz basicamente numa mudança de localização do mundo residencial, da cidade central para as suas periferias ou para outras pequenas cidades próximas destas grandes aglomerações. De Nova York, por exemplo, saíram quase 900.000 pessoas, de Londres as mesmas, assim como do México, Lima e quase todas as cidades. Esse fenômeno pode ser entendido como desurbanização; ou seja, um conceito composto pelo prefixo des, que se refere a algo de menor importância, escassez, no caso uma cidade; ou seja, menos que cidade. E a terceira forma é a realocação, que expressa a perda espacial do local de trabalho, que leva à contratação de mão de obra de e para qualquer lugar do mundo, pois a atividade pode ser feita virtualmente.

Esses processos estão afetando profundamente as centralidades históricas fundadoras, bem como o funcionamento geral das cidades físicas. Por exemplo, os centros de convenções terão que mudar você, assim como o turismo, porque as pessoas que vêm fazer turismo em uma cidade já o conhecem anteriormente graças ao "google". Obras são realocadas, áreas centrais começam a se distanciar e criar vazios, shopping centers são Amazon ou Alibaba, a cidade inteligente que passa pela "telecidade". Então, são mudanças substanciais, e os centros históricos também estão passando por essas mudanças transcendentais neste momento.

Andrés Díaz Mosquera: Há alguns anos temos visto que em diferentes cidades da América Latina, em meio a protestos e mobilizações sociais e culturais, grupos de pessoas, por vezes pertencentes ou não a grupos indígenas e movimentos negros, decidiram empreender uma luta por memória, com foco nos monumentos e patrimônios culturais preservados que representam o Poder Colonial na América Latina. Esses patrimônios são os bustos ou corpos dos conquistadores, colonizadores, bandeirantes, escravizadores, etc. que teve um papel preponderante na história da Invasão, Conquista e Colonialismo nas Américas. Esses patrimônios foram preservados nas praças públicas dos Centros Históricos. Muitos desses monumentos foram destruídos, queimados, arranhados, derrubados, executados e objeto de diversos atos simbólicos. O que isso significa para as políticas de conservação do patrimônio?



Há uma luta pela reivindicação da memória histórica dos povos indígenas e afro-latino-americanos?

Fernando Carrión: Acho que há uma tensão muito forte entre memória e história, tanto que uma como a outra está sendo reescrita. Por exemplo, os monumentos aos fundadores das cidades desaparecem, Cristóvão Colombo perdeu posição mundial por estar localizado em Gênova. A iconoclastia tem sido localizada a partir da perspectiva dos movimentos descolonizadores.

Isso ocorre principalmente porque a história é escrita pelos vencedores, mas os vencedores de um momento podem deixar de ser vencedores em outra conjuntura. E o que está acontecendo com os monumentos também está expresso na nomenclatura de nossas cidades, que originalmente era costumbrista, ou seja, a rua recebeu o nome do que aconteceu lá: os açougues ou as lojas de prata. Mas, em um segundo momento, surge a nomenclatura comemorativa, e o faz na perspectiva da história oficial, que tende a controlar tudo. É por isso que os nomes das ruas se tornam basicamente datas de batalhas, de lugares onde acontecem guerras ou dos soldados que lutaram. Aparecem as esculturas de soldados a cavalo. Mas toda essa história começa a ser escrita novamente, não apenas pelos povos originários, mas também pelo mundo popular, pela juventude, assim como pelas mulheres.

A nomenclatura e os monumentos têm sido geralmente de homens, que negaram a presença do mundo popular, assim como das mulheres. Mas hoje, com o peso da reivindicação de gênero, a reivindicação feminista e a necessidade de mudar a lógica de funcionamento das cidades para que deixem de ser patriarcais, surge a derrubada de estátuas, a pintura de grandes monumentos, a mudança de nomes de espaços públicos. Os espaços simbólicos de liberdade começam a ser ressimbolizados, reescrevendo a história como um todo. Acredito que este é um processo muito forte que entrou na América Latina recentemente, nas rebeliões populares do Chile, Equador e Colômbia.

Andrés Díaz Mosquera: Por fim, no contexto da Pandemia, várias mobilizações e conflitos urbanos e rurais (envolvendo populações indígenas como na Colômbia, Bolívia e Brasil) foram vivenciados e ainda são vivenciados no Equador, Chile, Nicarágua, República Dominicana e Venezuela ao redor de condições socioeconômicas que o modelo neoliberal produziu na América Latina e como estas se agravaram na Pandemia. Que lições a Pandemia deixará nos tipos de cidades, modelos urbanos e ações governamentais?

Fernando Carrión: Pois bem, desde o surgimento de grupos sociais bastante atrasados que historicamente não tiveram um peso importante, parece que eles começam a ter uma presença



cada vez mais forte. No Chile, a Convenção Constituinte é presidida por uma mulher de origem mapuche. No Equador, a Assembleia Nacional é liderada por uma mulher da CONAIE (organização dos povos indígenas) e da Amazônia, que em termos eleitorais representa apenas 4% do eleitorado, ou seja, um setor minoritário em termos políticos. Este é um fenômeno novo que cresce fortemente, uma emergência que traz demandas explícitas e a apropriação de espaços políticos explícitos.

Por outro lado, a Pandemia nos deixa com mudanças importantes nas cidades como: a discussão do problema habitacional, com a famosa política do “fique em casa”, que evidenciou a crise pela qual está passando. Além disso, levou ao desaparecimento do espaço público e agora, com a abertura gradual, começa a ser vivida a sua profunda redefinição. Inicialmente foi o ponto de partida da cidade, depois tornou-se ela própria e agora, no sentido neoliberal, é um espaço residual e marginal que impede a acumulação. Passou de um espaço estruturante para ser estruturado. Agora com o COVID, tende a se posicionar de uma forma diferente, graças à entrada de tecnologias. As infraestruturas da cidade estão a mudar rapidamente e hoje as plataformas são o elemento central, caracterizadas por serem privadas, globais e virtuais. A mobilidade, por exemplo, é transformada; Se antes a unidade de medida de distância era física, hoje ela é temporária (Waze). As relações de trabalho também se transformam em direção ao remoto e com isso o local de trabalho perde a espacialização, pois agora o lugar de produção é o mesmo lugar de reprodução. Com isso, o capital deixa de pagar pelos serviços de energia elétrica, telefonia, água potável e internet, a serem assumidos diretamente pelo trabalhador. Da mesma forma, o Uber não tem um único táxi, assim como o Airbnb não tem um único apartamento e a Amazon não produz um alfinete. Isso é o que agora é clinicamente conhecido como economia colaborativa. Por isso, assim que sairmos do COVID começaremos a perceber uma cidade totalmente diferente, nascida neste curto espaço de um ano e meio, que é um tempo muito curto.



Como referenciar este artigo

MOSQUERA, C. A. D. Entrevista com Fernando Carrión Mena. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 27, n. esp. 1, e022008, abr. 2022. e-ISSN: 1982-4718. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v27iesp1.15752>

Submetido em: 16/01/2022

Revisões requeridas em: 16/02/2022

Aprovado em: 30/03/2022

Publicado em: 25/04/2022

